

LIMITES ESTRUTURAIS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: ALGUMAS RESPOSTAS POSSÍVEIS DO ESTADO BRASILEIRO*

FRANCISCO FONSECA**

Apresentação

Objetiva-se analisar, à luz do Manifesto de Garanhuns, as possibilidades que se abrem à constituição de um novo modelo de desenvolvimento tendo em vista as características da atual crise do capitalismo, pós-*crash* de 2008. Esta crise pode ser, assim, caracterizada: flexibilização dos fatores produtivos; desvinculação entre os Sistemas Financeiro e Bancário; captura das instituições reguladoras do Estado por interesses privados; comprometimento das instituições multilaterais com a desregulação e a desregulamentação dos fatores produtivos (reengenharia, *downsying*, *just in time*, subcontratação, entre outros, são os elementos notáveis dessa lógica); aprofundamento dos processos de obsolescência programada, que diminuem a instabilidade do Capital e tornam a circulação de bens e serviços “controlada” pelo Capital; a hegemonia das ideias neoliberais, entre outras.

Dado que projetos concorrentes — neoliberais e desenvolvimentistas — marcam a histórica contenda entre concepções distintas

* Partes deste texto — aqui, parcialmente, reformulado — foi apresentado no Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), em 2009, e outras partes, sobretudo as que se referem às possibilidades do “novo desenvolvimento” no atual estágio do capitalismo pós-crise de 2008, será apresentado no Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), em agosto de 2010. Além disso, este é em decorrência da pesquisa que desenvolvo no Núcleo de Pesquisas e Publicações (GVpesquisa) da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo intitulado “Adaptação, descompasso ou transformação?: Estado e sociedade em tempos de mudança estrutural do capitalismo”. Aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração pela UFBA, MBA em Gestão de Pessoas pela FGV (2009), bacharel em Administração pela UFMG (2004). E-mail para contato: <l.gomesmaia@gmail.com>.

** Professor de Ciência Política na FGV/SP no curso de Administração Pública (graduação e pós) e pesquisador do Centro de Administração Pública e Governo (Ceapg) da FGV/SP.

de Estado e Sociedade, o momento atual é fundamental para se analisar as perspectivas para o desenvolvimento.

Pretende-se, portanto, inventariar possíveis delineamentos do desenvolvimento do século XXI pós-crise de 2008.

Introdução e problematização

[. . .] nada nos faz pensar numa trajetória diferente da que nos tem caracterizado na etapa capitalista atual: uma capacidade extraordinária de produzir riqueza material associada à outra etapa não menos extraordinária de transformar parte da humanidade em algo abjeto, desprezível e sem possibilidades de acesso a qualquer porção da riqueza produzida. Esse procedimento tem sido tão covardemente aceito como normal que o nosso olhar já parece transformar essa parcela excluída em seres da natureza não mais pertencente à raça humana!¹

Essa passagem sintetiza a lógica do capitalismo, particularmente em sua expressão contemporânea, pois marcada — como veremos adiante — pela acumulação de capital (produtivo e especulativo, que tendem a se fundir) em detrimento tanto da distribuição como da empregabilidade. Mas, para além dessa estrutura do modo de acumulação, a grande crise econômica internacional que vem acometendo o capitalismo, iniciada em fins de 2008, acarretou diversas transformações que ainda estão sendo desencadeadas, processadas e respondidas pelos Estados nacionais e entidades multilaterais, mas também por diversos atores: intelectuais, centros de pesquisas, universidades, *think-tanks*. As bases estruturantes da crise ancoram-se no chamado “modelo de acumulação flexível” — ou modelo pós-fordista/keynesiano.² Esse último estruturou-se, fundamentalmente, no ciclo crescimento/redistribuição, que permitira a massificação da produção e do consumo em setores até então reservados a poucos consumidores. Tal mo-

¹ Reginaldo S. Santos. *Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil*. Manuscrito, p. 7.

² Ressalte-se que a análise que fazemos nesta seção introdutória, embora conhecida, objetiva demonstrar as bases estruturantes do capitalismo contemporâneo, agora em crise.

delo, contudo, foi quebrado na década de 1970, quando dos dois “choques do petróleo”, que geraram alta inflação e outras “disfuncionalidades” à economia e contribuíram para desmontar a estrutura de Bretton Woods, pavimentando o surgimento de um poderoso e inédito mercado financeiro, progressivamente, desvinculado do lastro da produção. Um “capitalismo de cassino”³ — síntese dos novos tempos — fora aos poucos se consolidando por meio dos mercados *futuros*, de *opções e derivativos* (donde os chamados *subprimes* adquiririam grande notabilidade), dentre inúmeros outros, a ponto de, em 2008, circularem cerca de alguns trilhões de dólares, diariamente, nesses mercados em todo o mundo. Trata-se de verdadeira *especulação virtual*, que, somente, se tornou possível graças à criação de mecanismos informacionais que, além de compactarem o tempo e o espaço, rompendo certos limites das fronteiras nacionais, possibilitando um crescimento inédito de capitais especulativos. Estes tornaram-se vorazes por moedas, ações e toda sorte de ativos voláteis — e fundamentalmente incertos e arriscados —, destruindo economias em razão do entrelaçamento entre mercados especulativos e produtivos.

Mas, esses novos mercados financeiros representam, apenas, parte de algo maior, inseridos no conhecido “modelo de acumulação flexível” (Harvey), que pode, assim, ser sumarizado:

♦ no que tange à reestruturação produtiva, paulatinamente tornada “flexível”, ocorreu a introdução de novas tecnologias (informática, robótica e outras) e de novos modelos de gestão empresarial (reengenharia, entre outras) na atividade produtiva, que implicam a redução do capital humano; introduziu-se o incessante processo de subcontratação — terceirização e quarteirização — de empresas em substituição à clássica “empresa gigante” fordista; vem ocorrendo a expansão geográfica da produção econômica, o que implica o arrefecimento das fronteiras nacionais no que se refere à produção/circulação de produtos e serviços, embora não à mão de obra; deu-se o rompimento — em termos estruturais — do pacto entre Capital e Trabalho, intermediado pelo Estado desde o pós-guerra, implicando brutal diminuição do poder dos sindicatos; conseqüentemente, verifica-se

³ Terminologia já consagrada aos estudos sobre o capital financeiro.

o impressionante enfraquecimento da força de trabalho em razão, além do mais, da flexibilização da proteção à mão de obra, o que fragilizou, ainda mais, a organização dos trabalhadores;

◆ em relação às drásticas mudanças da ordem internacional, o ocaso do socialismo — que representou por décadas uma alternativa ao capitalismo — contribuiu, decisivamente, para o fim da guerra fria, assim como se deu a expansão do capitalismo para quase todos os países do globo. As assimetrias entre os países foram, vigorosamente, ampliadas.

◆ quanto à maior interdependência das economias nacionais e ao papel das agências multilaterais, foram viabilizados por meio da desproteção ao capital nacional, notadamente, nos países periféricos. Apesar da assimetria entre os diversos países, o tema da *abertura econômica* ocupou a Agenda Internacional, desde o início dos anos 1980. Do ponto de vista institucional, criaram-se agências voltadas à liberalização do comércio mundial, sobretudo a Organização Mundial do Comércio (OMC). Paralelamente, observou-se o papel impositor de políticas neoliberais por meio do Bird, do BID e do FMI. O modelo de acumulação flexível fora, portanto, a moldura econômica para importantes transformações políticas que se verificaram, a partir do final dos anos 1970, e que, em larga medida, levaram à crise de 2008.

◆ em relação ao aparato ideológico, o liberalismo revigorado e hegemônico entre a década de 1980 e 2008, pode ser, assim, sintetizado, pois personificado em diagnósticos e programas de governo: precedência da esfera privada (o indivíduo *livre* no mercado) sobre a esfera pública; máxima desestatização da economia, privatizando-se ao máximo as empresas sob controle do Estado; desproteção aos capitais nacionais, que deveriam competir livremente com seus congêneres estrangeiros; desmontagem do Estado de bem-estar social, pois concebido (e estigmatizado) como ineficaz, ineficiente, perdulário, injusto/autoritário, e indutor de comportamentos não valorizadores do mérito e do esforço pessoais; forte pressão pela quebra do pacto corporativo entre Capital e Trabalho (como de fato ocorreu, em larga escala), em nome da liberdade de escolha individual e da soberania do consumidor; desregulamentação e desregulação da produção, da circulação dos bens e serviços, do mercado financeiro e das relações de trabalho; ênfase

nas virtudes do *livre mercado*, em vários sentidos; concepção de liberdade como “*liberdade de mercado*”, isto é, ausência de empecilhos à relação Capital/Trabalho e à *livre* realização dos fatores produtivos; crença de que o Estado interventor seria *intrinsecamente* produtor de crises — daí as chamadas “reformas do Estado orientadas para o mercado” e a ênfase na diminuição de impostos e gastos governamentais; ênfase nas mínimas funções do Estado: fundamentalmente a garantia da propriedade privada, dos contratos acordados, do livre mercado e a desregulamentação, desregulação e flexibilização dos fatores produtivos.⁴

Particularmente, quanto a esse último aspecto, tais predições foram válidas de forma mais ou menos acentuada dependendo de diversas particularidades de cada país, e vêm sendo contrastadas pelas perspectivas desenvolvimentistas, de matizes diversas, mas que têm, como núcleo comum, a descrença no “livre mercado”, paralelamente a um papel ativo concebido pelo Estado, embora distinto do “velho” desenvolvimentismo. Essas correntes podem ser identificadas pelas seguintes terminologias: nekeynesianismo, social democracia contemporânea, “novo” nacional-desenvolvimentismo, neodesenvolvimentismo, “novo desenvolvimentismo”, entre outras.⁵

Quanto à crise econômica mundial, que eclodiu em setembro de 2008, é a contraface — do ponto de vista do *modus operandi* do capitalismo contemporâneo — das ideias hegemônicas neoliberais. Contudo, antes mesmo de sua eclosão o debate no seio desenvolvimentista manteve-se vivo, embora suas ideias tivessem amargado, por décadas, o ostracismo e o estigma de extemporâneas e obsoletas. É esse debate, por vezes oculto, por vezes aberto, que este texto pretende refletir, pois expressa — neoliberalismo e desenvolvimentismo — paradigmas conflitantes.

Deve-se ressaltar que a atual crise é, fundamentalmente, uma crise estrutural do modelo de acumulação “flexível” que, reitera-se, tem

⁴ Embora os cenários geopolítico e geoeconômico internacionais tenham se alterado fortemente, desde a década de 1980, o fato é que a associação entre alguns fatores contribuíram para a crise deflagrada em 2008: a progressiva fragilidade das instituições estatais e multilaterais internacionais reguladores dos mercados; a inédita precedência de capital financeiro; e a ideologia do “livre mercado” sem contrapesos empíricos e ideológicos relevantes politicamente; entre outros fatores.

⁵ Note-se que a citação acima de Reginaldo Souza Santos — *Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil*, op. cit. — confirma amplamente esses postulados.

como marcas a preponderância do capital financeiro em escala global; a complexa articulação deste capital — os aludidos mercados especulativos — com o capital produtivo; a diminuição substantiva do número de trabalhadores necessários para a reprodução do capital; a extrema terceirização da produção, em escala global; a vigorosa fragilização dos trabalhadores; entre outros aspectos. Deve-se enfatizar que a ideologia neoliberal foi decisiva — autores como L. von Mises,⁶ F. von Hayek,⁷ M. Friedman⁸ e J. Buchanan,⁹ por exemplo — para a sustentação teórica e ideológica desse modelo, em crise desde 2008.¹⁰

É, portanto, nesse contexto que se deve analisar o papel de diversas instituições, que por vezes atuam como importantes *think-tanks*. Especificamente, nos últimos anos, percebe-se uma clara postura voltada à discussão acerca do *novo desenvolvimento* na perspectiva da construção de um outro paradigma em relação à superação tanto do neoliberalismo como dos erros do “velho” desenvolvimentismo. Quanto a esses últimos, ao olhar para a história, deve-se destacar a ausência de controle social sobre o Estado, a proteção, relativamente, indiscriminada e sem contrapartidas aos setores empresariais, vigente por décadas, o crescimento econômico sem distribuição de renda, a despreocupação ambiental, o crescimento dependente e associado ao capital externo, entre outros.

⁶ Ver o *site* que expressa as ideias desse autor: <<http://mises.org/>>.

⁷ Ver o *site* <<http://hayekcenter.org/>>, pois expressa o legado das ideias hayekianas e intitula-se: Taking Hayek Seriously The Home Of The Friedrich Hayek Scholars Page.

⁸ Ver o tempo de Friedman, a Escola de Chicago, notadamente seu departamento de Economia em: <<http://economics.uchicago.edu/>>.

⁹ Ver o *site* do Center for Study of Public Choice, <<http://www.gmu.edu/jbc/>>, em que se destacam as ideias de James Buchanan, entre outros.

¹⁰ Deve-se destacar o papel da Mont Pelérin Society como *think-tank* balizadora do pensamento ultraliberal. As reuniões da *Sociedade Mont Pelérin* realizam-se anualmente, desde 1947 até hoje, tendo ocorrido no Brasil em 1993. O intuito dessas reuniões é, em se constituindo em “internacionais liberais”, espalhar as ideias ultraliberais a partir de um *núcleo duro doutrinar*, à guisa do que fizeram os socialistas. Segundo Cockett: “[. . .] in Hayek’s opinion, regularly and successfully acted as if they fully understood the key position of the intellectuals and have directed their main efforts towards gaining the support of the «elite», which was certainly true of the Fabians and Keynes in Britain”. R. Cockett. *Thinking the unthinkable, (think-tanks and the economic counter-revolution, 1931-1983)*. Londres: HarperCollins, 1995. [E continua o autor:] “For Hayek, «What to the contemporary observer appears as a battle of conflicting interests decided by the vote of the masses, has usually been decided long before in a battle of ideas confined to narrow circles».” F. Hayek. “The Intellectual and Socialism” (1948), apud: R. Cockett. *Thinking the unthinkable*, cit., pp. 104 e 105. Ver <<http://www.montpelérin.org/>>. Esses *sites* representam verdadeiras trincheiras ideológicas (Gramsci).

Portanto, é nessa intersecção entre debate teórico e embate político e ideológico que este texto objetiva refletir sobre a possível mudança de paradigma tendo como contexto a crise mundial, iniciada em 2008.

O capitalismo financeirizado

Sobretudo a partir dos anos 1980, os mercados especulativos, progressivamente, associados aos produtivos, vêm estabelecendo novos contornos ao capitalismo: “Conforme estatística do Bank for International Settlements (BIS), estima-se que o mercado de derivativos de balcão, em meados de 2000, esteve perto de US\$80 trilhões. Para dar ideia do que isso significa, o PIB brasileiro em 2000 foi de, aproximadamente, de US\$ 602 bilhões”.¹¹ Esse impressionante número demonstra que a economia contemporânea gira, cada vez mais, sem lastro na produção real. O mais interessante é que a clássica separação entre mercados produtivos e mercados financeiros tem sido desfeita, dada a intensa articulação entre ambos.

Segundo a proposta do governo de Barack Obama, sistematizada pelo secretário do Tesouro, Timothy Geithner, o sistema bancário deveria ser balizado pelos seguintes princípios, que, por si sós, revelam o descompasso entre o valor real dos ativos e a especulação virtual: 1.º) deveriam ser criadas exigências de capital para proteger o sistema financeiro como um todo; 2.º) as exigências de capital deveriam aumentar, principalmente, para instituições financeiras sistematicamente importantes; 3.º) deve-se exigir que os bancos detenham capital de qualidade; 4.º) medidas visando ao capital sujeito a risco deveriam avaliar cuidadosamente os riscos; 5.º) as exigências de capital deveriam ser contracíclicas, não pró-cíclicas; 6.º) deveria existir um limite fixo para a alavancagem; 7.º) as autoridades reguladoras deveriam fiscalizar a liquidez dos bancos, não apenas sua solvência; 8.º) exigências de capital mais rigorosas para o sistema bancário não deveriam provocar o ressurgimento de um *setor financeiro não bancário* mal regulado que representa uma ameaça à estabilidade financeira.¹²

Tais propostas, como se observa, demonstram que grande parte

¹¹ Fonte: “Mercado de Derivativos” — BM&F Brasil: <http://www.bmf.com.br/porta/pages/certificacao/Derivativos_ConceitosDefinicoes.pdf>.

¹² Fonte: jornal *The Washington Post*, 13-9-2009.

do sistema bancário internacional, notadamente o dos EUA, é não apenas desregulado como desregulamentado. Por isso, as sete primeiras exigências — que, reafirme-se, são proposições a serem votadas no Congresso dos EUA — são voltadas ao sistema bancário no intuito de garantir que os empréstimos e endividamentos sejam solúveis, lastreados em ativos reais e de “qualidade”: eufemismo de não baseados em títulos de difícil resgate e baixa credibilidade. Mas, o aspecto mais importante refere-se ao item oitavo, ao demonstrar que o sistema bancário é, apenas, uma parte, embora crucial, do Sistema Financeiro como um todo, fortemente marcado, este, pela volatilidade de fluxos financeiros internacionais e informacionais e pelo “risco moral” altíssimo, em que os agentes privados esperam que o Estado — como se está observando hoje — assegure aos investidores as “externalidades” (fortemente negativas) causadas por eles. Aqui o discurso ultraliberal do livre mercado dá lugar ao extremo pragmatismo.

Como se sabe, o Sistema Financeiro Internacional vem protagonizando, desde a década de 1970, por meio de novos mercados altamente voláteis, uma sucessão de crises financeiras. Para Charles Morris,

As hipotecas residenciais se tornaram matéria-prima para a gestão quantitativa de portfólios depois de terem sido estruturadas como instrumentos que eram muito semelhantes a títulos negociáveis. As eficiências de investimento geraram benefícios tanto para os bancos de investimento quanto para os consumidores, mas foram, rapidamente, levadas a extremos perigosos. Depois, houve uma pressão generalizada para reconfigurar quase todos os ativos — hipotecas de edifícios de escritórios, títulos de mercados emergentes, empréstimos bancários de risco e muito mais —, de modo que eles se comportassem mais como títulos idealizados do que como os instrumentos desajeitados e obscuros que, realmente, são. A reengenharia melhorou muito a eficiência do mercado e reduziu os custos de financiamento, mas também criou a ilusão de que os riscos subjacentes eram bem entendidos e estavam sob controle.

Essas três tendências — a transferência das transações financeiras para mercados não regulados, o constante agravamento do problema da “agência” e a pretensão de que todas as finanças

podem ser matematizadas — convergiram para criar a grande bolha de crédito da década de 2000.¹³

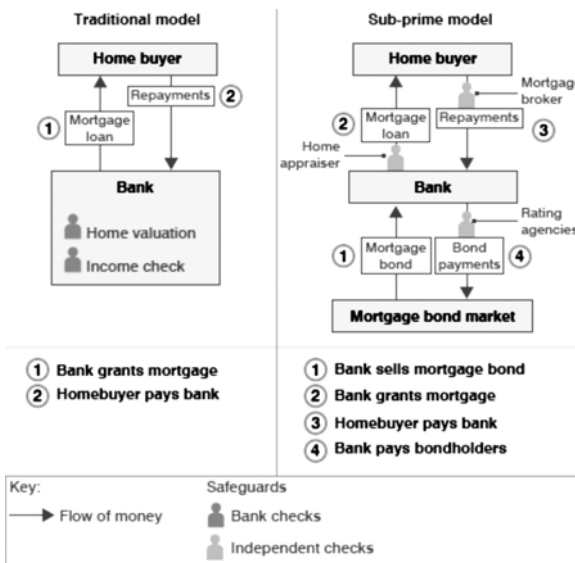
Como se nota, a análise de Morris mostra como as chamadas “bo-lhas” fazem parte da lógica do capitalismo contemporâneo. Embora analise o caso dos EUA, envolve, na verdade, toda a dinâmica especulativa permitida pela especulação financeira global. Nesse aspecto, o significado de “globalização”, tão vulgarmente alardeado desde a década de 1980, adquire substância, pois moedas, ativos, ações e papéis os mais diversos são negociados no mundo todo, utilizando até mesmo o fuso horário como forma de ampliar os ganhos.

O esquema abaixo procura explicar o funcionamento dos mercados *subprime*:¹⁴

The US sub-prime mortgage crisis has led to plunging property prices, a slowdown in the US economy, and billions in losses by banks. It stems from a fundamental change in the way mortgages are funded.

THE NEW MODEL OF MORTGAGE LENDING

How it went wrong



¹³ Charles Morris. *The trillion dollar meltdown: easy money, high rollers, and the great credit crash*. EUA: PublicAffairs, 2009, pp. 104 e 105.

¹⁴ Informações retiradas do seguinte endereço: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/7073131.stm>>.

Traditionally, banks have financed their mortgage lending through the deposits they receive from their customers. This has limited the amount of mortgage lending they could do. In recent years, banks have moved to a new model where they sell on the mortgages to the bond markets. This has made it much easier to fund additional borrowing, But it has also led to abuses as banks no longer have the incentive to check carefully the mortgages they issue.

THE RISE OF THE MORTGAGE BOND MARKET

In the past five years, the private sector has dramatically expanded its role in the mortgage bond market, which had previously been dominated by government-sponsored agencies like Freddie Mac.

They specialised in new types of mortgages, such as sub-prime lending to borrowers with poor credit histories and weak documentation of income, who were shunned by the “prime” lenders like Freddie Mac.

They also included “jumbo” mortgages for properties over Freddie Mac’s \$417,000 (£202,000) mortgage limit.

The business proved extremely profitable for the banks, which earned a fee for each mortgage they sold on. They urged mortgage brokers to sell more and more of these mortgages.

Now the mortgage bond market is worth \$6 trillion, and is the largest single part of the whole \$27 trillion US bond market, bigger even than Treasury bonds.

HOW SUB-PRIME LENDING AFFECTED ONE CITY

THE SUB-PRIME CRISIS IN CLEVELAND

For many years, Cleveland was the sub-prime capital of America.

It was a poor, working class city, hit hard by the decline of manufacturing and sharply divided along racial lines.

Mortgage brokers focused their efforts by selling sub-prime mortgages in working class black areas where many people had achieved home ownership.

They told them that they could get cash by refinancing their homes, but often neglected to properly explain that the new sub-prime mortgages would “reset” after 2 years at double the interest rate.

The result was a wave of repossessions that blighted neighbourhoods across the city and the inner suburbs.

By late 2007, one in ten homes in Cleveland had been repossessed and Deutsche Bank Trust, acting on behalf of bondholders, was the largest property owner in the city.

THE CRISIS GOES NATIONWIDE

Sub-prime lending had spread from inner-city areas right across America by 2005.

By then, one in five mortgages were sub-prime, and they were particularly popular among recent immigrants trying to buy a home for the first time in the “hot” housing markets of Southern California, Arizona, Nevada, and the suburbs of Washington, DC and New York City.

House prices were high, and it was difficult to become an owner-occupier without moving to the very edge of the metropolitan area.

But these mortgages had a much higher rate of repossession than conventional mortgages because they were adjustable rate mortgages (ARMs).

The payments were fixed for two years, and then became both higher and dependent on the level of Fed interest rates, which also rose substantially.

Consequently, a wave of repossessions is sweeping America as many of these mortgages reset to higher rates in the next two years.

And it is likely that as many as two million families will be evicted from their homes as their cases make their way through the courts.

The Bush administration is pushing the industry to renegotiate rather than repossess where possible, but mortgage companies are being overwhelmed by a tidal wave of cases.

THE HOUSING PRICE CRASH

The wave of repossessions is having a dramatic effect on house prices, reversing the housing boom of the last few years and causing the first national decline in house prices since the 1930s.

There is a glut of four million unsold homes that is depressing prices, as builders have also been forced to lower prices to get rid of unsold properties.

And house prices, which are currently declining at an annual rate of 4.5%, are expected to fall by at least 10% by next year - and more in areas like California and Florida which had the biggest boom.

HOUSING AND THE ECONOMY

The property crash is also affecting the broader economy, with the building industry expected to cut its output by half, with the loss of between one and two million jobs.

Many smaller builders will go out of business, and the larger firms are all suffering huge losses.

The building industry makes up 15% of the US economy, but a slowdown in the property market also hits many other industries, for instance makers of durable goods, such as washing machines, and DIY stores, such as Home Depot.

Economists expect the US economy to slow in the last three months of 2007 to an annual rate of 1% to 1.5%, compared with growth of 3.9% now.

But no one is sure how long the slowdown will last. Many US consumers have spent beyond their current income by borrowing on credit, and the fall in the value of their homes may make them reluctant to continue this pattern in the future.

CREDIT CRUNCH

One reason the economic slowdown could get worse is that banks and other lenders are cutting back on how much credit they will make available.

They are rejecting more people who apply for credit cards, insisting on bigger deposits for house purchase, and looking more closely at applications for personal loans.

The mortgage market has been particularly badly affected, with individuals finding it very difficult to get non-traditional mortgages, both sub-prime and “jumbo” (over the limit guaranteed by government-sponsored agencies).

The banks have been forced to do this by the drying up of the wholesale bond markets and by the effect of the crisis on their own balance sheets.

BANK LOSSES

The banking industry is facing huge losses as a result of the sub-prime crisis.

Already banks have announced \$60bn worth of losses as many of the mortgage bonds backed by sub-prime mortgages have fallen in value.

The losses could be much greater, as many banks have concealed their holdings of sub-prime mortgages in exotic, off-balance sheet instruments such as “structured investment vehicles” or SIVs.

Although the banks say they do not own these SIVs, and therefore are not liable for their losses, they may be forced to cover any bad debts that they accrue.

BOND MARKET COLLAPSE

Also suffering huge losses are the bondholders, such as pension funds, who bought sub-prime mortgage bonds.

These have fallen sharply in value in the last few months, and are now worth between 20% and 40% of their original value for most asset classes, even those considered safe by the ratings agencies.

If the banks are forced to reveal their losses based on current prices, they will be even bigger.

It is estimated that ultimately losses suffered by financial institutions could be between \$220bn and \$450bn, as the \$1 trillion in sub-prime mortgage bonds is revalued.

A estrutura financeira, relatada acima, é extremamente ilustrati-

va do funcionamento do *mercado subprime* tendo em vista a incrível cadeia de relações bancárias por meio de hipotecas, atingindo-se cifras impressionantes. O emaranhado de relações financeiras envolvidas, cujo crédito farto, apostas arriscadas e leniência estatal perante o que seria o colapso global do crédito é demonstrado em detalhes nesta análise, e indica, claramente, a maneira de operar do capitalismo contemporâneo. Embora haja grande virtualidade nesse processo — possibilitada pelas tecnologias digitais e pelos novos mercados criados desde a década de 1970 —, o fato é que seus efeitos são, extremamente, tangíveis, como observamos desde 2008, sendo o símbolo mais marcante a quebra do Lehman Brothers Bank. Seus efeitos sociais são, contudo, muito mais perversos, a começar pelo índice de desemprego.

É, por isso, que diversos grupos críticos ao capital especulativo surgiram como forma de protestar e propor alternativas, tais como o Attac (Association pour la taxation des transactions pour l'aide aux citoyens), entre outros, cujo objetivo central é taxar as atividades financeiras internacionais e, com isso, criar um fundo para diminuir desigualdades mundiais. Embora aceite, no limite, a existência desses mercados, quer diminuir sua incidência e, por meio de taxaço, distribuir parte do dinheiro obtido entre os países pobres.

A bandeira desse movimento social internacional, assim como de tudo que representa o Fórum Social Mundial, demonstra, claramente, como o capitalismo financeirizado é parte constitutiva do próprio programa ultraliberal: a crítica aos efeitos deletérios dessa constelação de capitais financeiros é, abertamente, exposta pelo Attac. Afinal, a liberdade extremada aos diversos mercados pregada pelas escolas ultraliberais (como von Mises, von Hayek, M. Friedman e J. Buchanan, entre tantos outros) foi uma importante justificativa em prol da “liberdade de empreender”. Mais ainda, o capital financeiro foi saudado com inovador e potencial financiador da produção, sem nenhuma consideração acerca de seus efeitos deletérios. Daí, uma sequência de desregulações e desregulamentações internas a cada país, num contexto marcado pela flexibilidade internacional de todos os mercados define claramente o significado e o impacto desses capitais e desses mercados. É também por isso que o Attac criou uma agenda de regulação do

capital especulativo.¹⁵

A dinâmica da acumulação capitalista e sua sustentação ideológica contemporânea

Em paralelo ao modelo de acumulação, cujo capital financeiro ocupa lugar proeminente, os ideólogos ultraliberais propugnaram por um capitalismo, altamente, desregulado e desregulamentado, pela prece-dência absoluta do Capital sobre o Trabalho, pelo “livre mercado” como panaceia e *locus* da “democracia”. O capitalismo “de cassino” foi, nesse sentido, nada mais do que uma consequência lógica à “liberdade” — extremada e sem controles — concedida às frações do Capital.

Mesmo que o mercado seja, *per se*, assimétrico, os poderes advindos de determinados grupos não foram considerados excepcionais pelos ultraliberais¹⁶ quanto às relações econômicas assim como sua influência à democracia. Mais ainda, desde os anos 1970, ditadores como Pinochet foram apoiados e assessorados, em razão de suas políticas de “livre mercado”.

A eclosão da grande crise que se abateu sobre o mundo capitalista em setembro de 2008, cujas consequências são enormes e distintas aos países, é, portanto, resultante de um enquadramento ideológico dos governos às instituições multilaterais, à mídia, entre outros fóruns e aparelhos ideológicos.¹⁷ Afinal, por décadas, a cantilena de que o Estado interventor sufocava os investimentos, o empreendedorismo,¹⁸ a liberdade e o mérito ressoaram fortemente pelo mundo: na mídia, nos mais diversos espaços públicos e nas universidades. Quando, na década de 1970, a crise que sustentou os modelos social-democratas, sobretudo na Europa, fez ruir o chamado “consenso keynesiano” (que na América Latina teve sua expressão no “nacional desenvolvimentismo”), os ultra-

¹⁵ Ver <<http://www.atac.org/>>.

¹⁶ Assim, denomino o movimento comumente chamado de neoliberal em razão da radicalidade tanto dos diagnósticos como das proposições que fizeram durante décadas de oposição às ideias “intervencionistas” como sobretudo às reformas que influenciaram desde os anos 1980. Ultraliberalismo confere maior clareza a tal radicalidade.

¹⁷ Os aparelhos ideológicos, entendidos aqui como “aparelhos privados de hegemonia” (Gramsci), foram fundamentais à construção do ideário/imaginário ultraliberal.

¹⁸ O empreendedorismo, tomado como a liberdade sem limites de “empreender”, dominou ideologicamente o discurso e a agenda mundiais, nas décadas de 1980 e 1990. Toda e qualquer ação, notadamente estatal, que pudesse enquadrar ou mitigar seus eventuais efeitos negativos fora considerada extemporânea e atentatória à liberdade, caso do mercado financeiro.

liberais possuíam uma agenda pronta para ser implementada.¹⁹ Essa agenda possibilitou a desestatização, a desregulação e a desregulamentação, sustentando-se como legítima a existência de mercados financeiros altamente voláteis e dissociados da economia “real”, isto é, não baseada no lastro da produção de bens e serviços. As justificativas ultraliberais legitimaram a, hoje, denominada, popularmente, “farras das hipotecas imobiliárias”, os empréstimos bancários muitas vezes acima de seu patrimônio e a existência de mercados virtuais, na esteira da tecnologia digital. Em outras palavras, o capitalismo produtivo, típico da primeira e da segunda revoluções industriais, fora de certa forma “substituído” pelo da especulação virtual, embora haja uma complexa articulação entre esses dois mercados.

Os efeitos desse capitalismo flexibilizado e financeirizado, após alguns anos de crescimento econômico ilusório, desenlaça um capitalismo que necessita do Estado, sem o qual o sistema como um todo seria mais do que nunca destruído por si mesmo. Nesse sentido, toda a cantilena antiestatal é obrigada a aceitar a intervenção vigorosa dos Estados Nacionais assim como das entidades multilaterais; estas, em particular, até há pouco títeres do ultraliberalismo, pois tiveram (Estados e instituições multilaterais) de participar da recente onda de estatizações de diversas empresas ícones do capitalismo.

Embora esse ciclo de intervenção do Estado (entre 1929 e a década de 1970), substituído pelo liberalismo, nova intervenção, nova crítica posterior à intervenção, seja conhecido ao longo da história, aparentemente a atual crise vai além dessa conhecida oscilação, pois aponta para fatores estruturais: a impossibilidade de o projeto ultraliberal de radical liberdade aos capitais ser exitoso. Mais ainda, demonstra que o programa teórico/ideológico ultraliberal fracassou, embora não se possa dizer que tenha se exaurido.

Quanto às perspectivas para sua eventual superação, no que tange a uma outra forma de ser do capitalismo, estão em pleno processo de construção, no contexto de embates políticos, econômicos, sociais e ideológicos. A intervenção estatal, requerida pelos ícones do capitalis-

¹⁹ Ver meu livro *O consenso forjado — a grande imprensa e a agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.

mo para salvá-lo, tem efeitos imprevisíveis, tanto em termos econômicos como políticos e ideológicos.

O afinamento do projeto ultraliberal, caso se confirme, abrirá, por si só, um longo caminho para maior regulação do Estado, ao lado da criação de novos mecanismos de controle do capital financeiro e de melhor equação da desigualdade social. Essas possibilidades, contudo, convivem com um modelo de acumulação, em termos estruturais, altamente excludente e precarizante. Nesse sentido, as perspectivas políticas em contenda terão, necessariamente, de enfrentar os desafios de reorganizar esse modelo vigente, o que não é, propriamente, uma tarefa simples e muito menos de uma geração, e que está, portanto, apenas começando. E, como a história só pode ser avaliada no “longo prazo” (Braudel), há um vasto caminho em aberto, cuja possível derrota do projeto ultraliberal representa um passo histórico e teoricamente significativo.

Deve-se ressaltar que um dos aspectos mais marcantes do mundo contemporâneo — isto é, dos anos 1970 aos dias de hoje — diz respeito à chamada “crise do emprego” (terminologia eufemística) ou mais precisamente do que alguns autores definem como o “fim do emprego” formal, cada vez mais substituído por ocupações precárias e transitórias: esse processo atingiria, indistintamente, os trabalhadores, embora assimetricamente, o que inclui as assim denominadas “classes médias”. Segundo Rifkin, em seu instigante livro sobre o “fim dos empregos”, uma das expressões dessa ruptura seria a chamada “reengenharia”, pois:

A “reengenharia” está arrebatando a comunidade corporativa, transformando em crentes, até mesmo, os executivos mais céticos. As empresas estão reestruturando, rapidamente, suas organizações, tornando-as *computer friendly* [. . .]. Com isso, estão eliminando níveis de gerência tradicionais, comprimindo categorias de cargos, criando equipes de trabalho, treinando funcionários em várias habilidades, reduzindo e simplificando os processos de produção e de distribuição e dinamizando a administração. Os resultados têm sido impressionantes. Nos Estados Unidos, a produtividade global saltou 2,8%, em 1992, o maior aumento em duas décadas [informação baseada no artigo “Price

of Progress: Re-engineering Gives Firms New Efficiency, Workers the Pink Slip” publicado no *Wall Street Journal*, em 16-3-1993, p. 1]. A vertiginosa escalada da produtividade significou demissões em massa da força de trabalho. Michael Hammer, ex-professor do MIT e pioneiro na reestruturação do ambiente de trabalho, diz que a reengenharia resulta na perda de mais de 40% dos empregos numa empresa e pode levar a uma redução de até 75% dos funcionários. A gerência média está especialmente vulnerável à perda do cargo em função da reengenharia. Hammer estima que até 80% das pessoas envolvidas em funções de gerência intermediária são suscetíveis de demissão.²⁰

Como se vê nessa passagem, a lógica da terceira revolução industrial — a chamada “acumulação flexível” —, encarnada em diversas estratégias, como a citada reengenharia, implica formas distintas de terceirização, contratações de autônomos (cada vez mais obrigados a se transformarem em “pessoas jurídicas” e temporários) no contexto de processos baseados em *downsizing*. Paralelamente, processos *just in time* — emoldurados pela propaganda como “soberania do consumidor”²¹ — destinam a produção a nichos, cientificamente, planejados e gerenciados. Especificamente quanto à administração, o conceito de “produção enxuta”, “escritório enxuto”, entre outros, leva até o setor de serviços à lógica estrutural do desemprego tecnológico.

Por fim, a produtividade e os lucros aumentam vertiginosa e simultaneamente à redução global da força de trabalho. Essa é a dinâmica da terceira revolução industrial cujo capital financeiro é uma de suas expressões. Mesmo que novas regulamentações ocorram quanto ao capital volátil, não há nenhum indicador de que essa forma “flexível” de produzir se altere. Ressalte-se que o ultraliberalismo²² foi o sustentáculo ideológico dessa forma de ser do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, Reginaldo S. Santos, no referido texto “Manifesto da

²⁰ Jeremy Rifkin. *O fim dos empregos — o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 2001.

²¹ Ver meu livro *O consenso forjado — a grande imprensa e a agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.

²² Denominação que prefiro adotar em razão da radicalidade tanto dos pressupostos como das proposições desta doutrina.

Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil”, assim define o neo (ou ultra) liberalismo:

[. . .] esse é um período [década de 1990] marcado por um discurso ideológico construído e posto em prática pela corrente neoliberal e que assegura a ineficiência dos serviços públicos gerenciados pelo Estado. Assim, o papel do Estado passa a ficar restrito à criação das condições para crescimento do capitalismo, com forte ênfase na desestatização e na constituição de normas legais que garantam o acesso da iniciativa privada como executora dos serviços “públicos”. Esse contexto foi criado devido às sucessivas crises do capitalismo, encaradas ideologicamente como crise do Estado, consequência direta do redirecionamento do modelo político mundial necessário à expansão do sistema capitalista, sendo importante no processo a reintegração da periferia a essa dinâmica remodelada.²³

Como se observa, a doutrina ultraliberal foi o cimento intelectual e ideológico utilizado para conquistar corações e mentes em torno de um projeto que objetivava, simultaneamente, duas frentes: desacreditar e estigmatizar a intervenção do Estado na economia — em sentido lato —, e criar o mito de que o propalado “livre mercado” seria a panaceia que a tudo resolveria. Como vimos, sobretudo a partir de 2008, sem Estado não haveria capitalismo: truísmo, sistematicamente, desconsiderado pelos ideólogos neoliberais!

Possíveis delineamentos do novo desenvolvimento no século XXI

Um novo ciclo de desenvolvimento envolve a compreensão dos erros do passado, assim como o estabelecimento conceitual de seu ressignificado. Segundo João Sicsú et al., tais bases poderiam ser assim sintetizadas:

(i) não haverá mercado forte sem um Estado forte; (ii) não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento

²³ Reginaldo S. Santos. *Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil*, cit., p. 13.

dessas duas instituições (Estado e mercado) e sem a implementação de políticas macroeconômicas adequadas; *(iii)* mercado e Estado fortes somente serão construídos por uma estratégia *nacional* de desenvolvimento; e *(iv)* não é possível atingir o objetivo da redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas (João Sicsú; Luiz F. de Paula & Renaut Michel, 2005. “Por que o novo-desenvolvimentismo?”: <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/porque_novo_desenvolvimentismo.pdf>).

Já para Bresser-Pereira, tais bases teriam os seguintes condicionantes:

(i) uma maior abertura da conta comercial do país, que deve ser feita de forma negociada e com reciprocidades; *(ii)* um novo papel do Estado, com um planejamento mais estratégico; *(iii)* preocupação com a estabilidade macroeconômica, incluindo não só estabilidade de preços como também equilíbrio do balanço de pagamentos e busca do pleno emprego; *(iv)* uma nova política macroeconômica, que permita inverter a equação perversa juros elevados e câmbio apreciado; *(v)* não aceitar a estratégia de crescimento com poupança externa, visando, alternativamente, a financiar o desenvolvimento como recursos próprios de cada nação (L. C. Bresser-Pereira. “Novo-desenvolvimentismo”. *Jornal Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, 19-9-2004).

Como se percebe, ambos os textos têm por base o fortalecimento do Estado, embora não nos termos anteriores — que teria sido marcado pela proteção indiscriminada ao capital nacional e pela presença do Estado, extremamente, centralizado, como aludido —, assim como o apoio ao fortalecimento do capital nacional. Essa equação seria organizada da seguinte forma, embora ambos os autores não proponham exatamente os mesmos receituários: *a)* abertura comercial e a integração com os mercados internacionais deveriam ser intentadas, mas com estratégia e inteligência, superando a fase da substituição de importações. O Estado deveria apoiar — por meio de crédito e da pesquisa de ponta em ciência & tecnologia — o fortalecimento do capital nacional; *b)* o

sistema financeiro deveria ser modelado para financiar a produção, distanciando-se do circuito financeiro-especulativo; *c*) a existência de poupança doméstica seria o meio de promover o desenvolvimento, distanciando-se da dependência da poupança externa; *d*) necessidade de criação e/ou aprofundamento de uma rede de proteção social, mas que teria como horizonte o mercado privado de trabalho, por sua vez, garantido pelo crescimento sustentado da economia; *e*) necessidade de se desenvolver inovações tecnológicas e outras internamente, não dependendo da dinâmica exterior; *f*) articulação da política macroeconômica com políticas de desenvolvimento, sobretudo voltadas ao longo prazo; *g*) proteção à conta de capitais; *h*) promoção da empregabilidade por meio do estímulo ao investimento privado e ao crescimento da economia, mas de forma sustentada e de longo prazo; *i*) ênfase à competitividade apoiada pela taxa de câmbio, notadamente quanto às exportações; *j*) estímulo à competitividade das empresas nacionais e ao aumento da produtividade dos trabalhadores.

Vejam os Sicsú et al. retratam, especificamente, alguns aspectos acima alinhavados. Quanto ao desenvolvimento econômico:

Também não temos conseguido mais adotar uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o país. Este requer uma boa combinação de políticas de longo prazo (política educacional, política industrial, política científico-tecnológica, etc.) e políticas macroeconômicas consistentes. Por exemplo, o sucesso de uma política industrial depende, em parte, de uma boa articulação com as políticas macroeconômicas. Uma política econômica, persistentemente, contracionista — com juros reais elevados e política fiscal apertada — pode inviabilizar uma política industrial pelo simples fato de que não cria um ambiente propício que estimule os empresários a investir (<http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/porque_novo_desenvolvimentismo.pdf>, p. 13).

Como se observa, prega-se como base do novo desenvolvimentismo a revisão da política macroeconômica no sentido de estimular o investimento empresarial, criando, para tanto, um ambiente favorável para tanto. Especificamente em relação ao estímulo ao empresariado:

A política econômica, na perspectiva novo-desenvolvimentista aqui proposta, relaciona-se à adoção de um conjunto de medidas que visa a aumentar o nível de demanda agregada, de modo a criar um ambiente estável que estimule os empresários a realizar novos investimentos — uma vez que os níveis de emprego e utilização da capacidade produtiva dependem, em boa medida, dos determinantes da demanda agregada, principalmente da decisão de investimento dos empresários. Em outras palavras, a política econômica deve procurar afetar o investimento privado global, criando um ambiente seguro que estimule escolhas mais arriscadas — mas que rendam lucros e gerem empregos — no lugar da simples acumulação de ativos líquidos — isto é, a boa política é aquela que induz os agentes a investirem em ativos de capital, dando origem a investimento novo [. . .] (http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/porque_novo_desenvolvimentismo.pdf), p. 4).

Como se percebe, a lógica da argumentação tem como premissa que: 1.º) a origem do capital, notadamente, o empregador, isto é, de médio e grande porte, é nacional; 2.º) independentemente da origem do capital, o crescimento da economia levará ao aumento do emprego: supõe-se que o emprego formal. Em outras palavras, o crescimento da economia implicaria, tal como na lógica da segunda revolução industrial, empregabilidade.

Os autores, assim como diversas correntes²⁴ que repensam o desenvolvimento, não levam em consideração a lógica — tal como a discutimos em seções anteriores — de que o capitalismo contemporâ-

²⁴ É interessante observar como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) vem discutindo a questão do desenvolvimento no Brasil por meio de uma série de seminários e livros. Assim, Carlos Lessa, destacado economista desenvolvimentista e ex-presidente do BNDES, se expressa perante o desenvolvimento brasileiro:

“A mediocridade do crescimento brasileiro não engendrou apenas a paralisia nas matrizes energética e logística. É visível que seu desempenho se atrofiou e se degradou. A erosão da infraestrutura tem sua macroexplicação no percurso rastejante da economia nacional e nas respostas político-econômicas setoriais adotadas durante o último quarto de século.

“No início dos anos 1980, a especulação financeira mundial dá origem à chamada «crise da dívida externa». No Brasil, a crise acentua a aceleração inflacionária. A década de 1980 é orientada à reconstituição político-institucional, com a transição entre o regime militar autoritário e o novo Estado de Direito inscrito na Constituição de 1988. Apesar da estagnação da economia, do cenário externo asfixiante e do processo inflacionário acelerado, houve relutância em abandonar o projeto nacional desenvolvimentista. A Constituição consagrou regras e conceitos que haviam impulsionado e protegido os programas setoriais de energia e transporte.

neo tem como marca a redução do estoque necessário (à reprodução do capital) da mão de obra. Embora o crescimento econômico necessariamente fará aumentar o número de empregos, tal contingente ou será sazonal, ou jamais se semelhante aos padrões do pós-guerra, tendo em vista a dinâmica da acumulação flexível.²⁵ Afinal, os processos de subcontratação — em escala internacional —, *just in time*, obsolescência programada, oligopolização dos segmentos econômicos, segmentação do consumo e reengenharia, apenas para citar algumas características, não apenas reduzem drasticamente o emprego formal como simultaneamente garantem fidelização dos consumidores e controle sobre a demanda. Além disso, sobretudo, em países periféricos, como o Brasil, o processo de privatização de empresas estatais e de venda de empresas privadas nacionais para conglomerados multinacionais levou à transferência dos espaços decisórios do território nacional para o exterior: o impacto desse processo implica que decisões de investimentos, de utilização de determinadas tecnologias e de entrelaçamento com a cadeia produtiva independem dos Estados e do empresariado nacional.²⁶ Dado esse conjunto de questões, estratégias desen-

“Como é sabido, o centro hegemônico mundial pós-Guerra Fria proclama as teses da globalização e restaura a exaltação dos mecanismos de mercado. O comportamento da periferia é referenciado pelo Consenso de Washington, cuja tradução interna inaugura, para o Brasil dos anos 1990, um discurso de três diretivas. A primeira afirma que o modelo de crescimento nacional-desenvolvimentista estaria esgotado, tendo terminado o processo dito «de substituição de importações». Entre suas principais falhas estariam a debilidade do sistema de ciência e tecnologia e o excessivo fechamento externo da economia.

“A segunda diretiva preconiza a idéia de «integração competitiva», propondo abrir a economia brasileira a uma participação maior nos fluxos de comércio internacional [. . .].

“A terceira diretiva estabelece como prioridade absoluta da política econômica a desmontagem da espiral preços-salários. [. . .]

“A esta altura, cabe perguntar: qual é o projeto nacional brasileiro? Persiste o neoliberal? O PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] é introdutório a um futuro projeto nacional? Há uma surda saturação brasileira com a mediocridade da economia e a precariedade nos serviços públicos essenciais: saúde, educação e segurança. A questão do emprego domina as ansiedades do jovem brasileiro [. . .]. A tolerância a “apagões” tende a diminuir.

“O neoliberalismo começa a recuar ao compasso das dificuldades crescentes do sistema financeiro internacional. [. . .]

“Diretivas relevantes para a construção de um futuro projeto nacional têm sido antecipadas pelo atual governo”. (Carlos Lessa. “Infraestrutura e logística no Brasil”, in: Celso Cardoso Jr. *Desafios ao desenvolvimento brasileiro — contribuições do conselho de orientação do Ipea*, BR, Ipea, livro 1, 2009, pp. 96 e 97).

²⁵ A necessidade de mão de obra vem diminuindo de forma inversamente proporcional à produção de bens de serviços e do lucro.

²⁶ O caso da desnacionalização do setor de autopeças é bastante significativo nesse sentido. Há de se ressaltar também os processos de fusão entre empresas nacionais e estrangeiras, assim como a participação das primeiras em circuitos produtivos internacionais, o que implica adequação a normas dadas por matrizes ou grandes conglomerados multinacionais.

volvimentistas, mesmo que por meio de novos paradigmas, esbarram em constrangimentos — até então não superados — da dinâmica do capitalismo contemporâneo. A esse conjunto de problemas os autores em foco e diversas correntes desenvolvimentistas não se manifestam, interpondo-se, assim, a suas reflexões problemas estruturais.

Não bastassem esses constrangimentos, deve-se levar em conta a variável ambiental, tendo em vista a finitude dos recursos naturais e o fato de que o atual modelo produtivo internacional necessita de mais recursos naturais do que o planeta pode oferecer,²⁷ o que põe em questão o próprio sentido de desenvolvimento, pois, além do mais, trata-se de um problema planetário, mas com efeitos em todos os países e regiões, notadamente, nos que procuram se firmar como potências econômicas industriais ou estão emergindo para tanto.

Mais ainda, a reformulação do tabuleiro mundial, com a atual crise da política de unilateralidade dos EUA, a decadência relativa do dólar como moeda mundial, o alcance apenas regional do euro, a ascensão dos Bric's, particularmente da China, e a crise financeira de 2008 — com seus efeitos vigentes, até os dias de hoje —, levantam novas questões que, articuladas ao modelo de acumulação, tornam a reflexão sobre desenvolvimento muito mais complexa do que as perspectivas acima demonstram. Afinal, há variáveis extranacionais que, articuladas a atores nacionais, diminuem o poder do Estado nacional e de certas estratégias de desenvolvimento.

Com isso, não se pretende, de forma alguma, diminuir a importância da reflexão e de estratégias acerca do desenvolvimento, ao contrário, mas sim demonstrar os limites aos quais o atual debate vêm incorrendo.

Considerações finais: oportunidades abertas pela crise e limites ao novo desenvolvimentismo

A atuação do *movimento ultraliberal* desde os anos 1940 — por meio de mordazes críticas aos modelos de intervenção, do discurso

²⁷ Ver discussões importantes sobre isso nos *sites*: <<http://dowbor.org/>> e <<http://www.akatu.org.br/>>. Ver particularmente o relatório, coordenado pelo Instituto Akatu e pela Worldwatch Institute (WWI), intitulado “Estado do Mundo, 2010”, em que a relação produção, consumo, desigualdades e sustentabilidade mundiais são analisadas de forma inédita: <http://www.akatu.org.br/akatu_acao/publicacoes/reflexoes-sobre-o-consumo-consciente/estado-do-mundo-2010-transformando-culturas-2013-do-consumismo-a-sustentabilidade>.

radicalizado, da ascensão de governos, ideologicamente, vinculados a esta corrente e da mudança das instituições internacionais, dentre outros fatores — foi decisiva ao surgimento do modelo de acumulação flexível. Por mais que esses diversos fatores possuam relativa independência, não se pode deixar de considerar o papel de um movimento que fora, paulatinamente, conquistando *corações e mentes*. Afinal, *estrutura produtiva* e *discurso ideológico* se retroalimentam, influenciando-se dialeticamente, tendo conseguido, portanto, transformar a agenda e a hegemonia (intervencionistas). Em outras palavras, a proteção estatal aos direitos sociais e políticos dos trabalhadores, conquistada, a partir de acontecimentos como a grande depressão, as duas guerras mundiais e o espectro revolucionário, dentre outros eventos, vem paulatinamente regredindo. A junção, contudo, de *desemprego estrutural tecnológico* com *diminuição do Estado de bem-estar*, além do *caráter especulativo do capital financeiro*, têm possibilitado um certo ressurgimento de Keynes e dos “intervencionistas”, pois um cenário explosivo, de fato, ocorreu, como estamos observando desde 2008. Na verdade, as previsões de Marx quanto ao caráter autodestrutivo do capitalismo são invocadas.

Os embates ideológicos que levaram à hegemonia do ultraliberalismo são reeditados, contemporaneamente, com a diferença de que os ultraliberais estão, agora, na defensiva, pois responsabilizados pela sustentação ideológica de um capitalismo sem lastro na economia real, antissocial e pró-Capital.

Assim, diferentemente da previsão de Francis Fukuyama, a história não acabou, o que implica — agora — um novo ciclo de embates, que se dão tanto no nível teórico/ideológico como político/eleitoral, assim como no âmbito das lutas sociais e dos movimentos organizados. Daí, a importância de inventariarmos as raízes materiais e ideológicas da grande crise de 2008, sobretudo porque novos embates já estão se expressando em busca de novos paradigmas, donde o desenvolvimentismo pode ocupar novos espaços em meio à crise e aos desastres provocados pelo capital especulativo.

Por fim, embora haja movimentos em várias dimensões voltados à crítica ao modelo ultraliberal — cujo *Manifesto* de Reginaldo S. Santos é um dos importantes exemplos —, em cujo sistema o capital

especulativo ganhou ampla notoriedade, o fato é que a estrutura produtiva da “acumulação flexível” não foi alterada, e dificilmente o será em pouco tempo. Trata-se de um gargalo estrutural cuja crítica ao ultraliberalismo precisará, mais cedo ou mais tarde, se ocupar. Afinal, as novas perspectivas desenvolvimentistas têm, diante de si, uma variada gama de desafios, tais como: superar a ideologia neoliberal; evitar os erros do antigo desenvolvimentismo; inserir a variável ambiental em suas previsões; e sobretudo articular um novo padrão de desenvolvimento que seja capaz de — em meio a um sistema produtivo poupador de mão de obra, propulsor do capitalismo financeirizado e fortemente pró-Capital, entre outras características nefastas às sociedades e à democracia — produzir o desenvolvimento da economia, da sociedade e das instituições democráticas. Sem uma crítica aos padrões da acumulação flexível e sem a postulação de alternativas a esse modelo, as proposições desenvolvimentistas correm risco de se tornarem letra morta em sociedades que estão em plena transformação! Daí, as respostas do Estado terem necessariamente de levar em conta essa dimensão.

Referências

- BRESSER-PEREIRA, L.C. “Novo-desenvolvimentismo”. *Jornal Folha de S.Paulo*, Caderno Dinheiro, 19-9-2004.
- . *Macroeconomia da estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994*. São Paulo: Ed. 34, 2007.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- CARDOSO JR., Celso (org.). *Desafios ao desenvolvimento brasileiro — contribuições do conselho de orientação do Ipea*. Brasília: Ipea, livro 1, 2009.
- CEPAL. *Transformación productiva con equidad*. Santiago: Cepal, 1990.
- CHANG, H.-J. *Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- COCKETT, Richard. *Thinking the unthinkable (think-tanks and the economic counter-revolution, 1931-1983)*. Londres: HarperCollins, 1995.
- DAVIDSON, P. *Post Keynesian macroeconomic theory*. Cheltenham: Edward Elgar, 1994.
- EVANS, P. “Class, state and dependence in East Asia: lessons for latin americanists”. In: Deyo, F. (org.). *The political economy of the new Asian industrialism*. Ithaca: Cornell University Press, 1987.
- FANJNZYLBER, F. *Industrialización en América Latina: de la “caja negra” al “casillero vacío”*. Santiago del Chile: Cepal, 1989.

- FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HAUSMANN, R.; PRITCHETT, L. & RODRIK, D. Growth accelerations. *NBER Working Paper Series* n.º 10566, junho, 2004.
- KEYNES, J. M. *The general theory of employment, interest and money*. Londres: Macmillan, 1986.
- KRUGMAN, Paul. *The conscience of a liberal*. EUA: Norton & Company, 2008.
- MORRIS, Charles. *The trillion dollar meltdown: easy money, high rollers, and the great credit crash*. EUA: PublicAffairs, 2009.
- RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos — o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- SANTOS, Reginaldo S. *Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil*. Manuscrito, Salvador/BA, 2010.
- SICSÚ, J.; PAULA, L. F. & MICHEL, R. (org.) (2005). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri-Rio de Janeiro: Manole-Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- STIGLITZ, J. “More instruments and broader goals: moving toward the Post-Washington consensus”. *Revista de Economia Política*, vol. 19, n.º 1, jan-mar. 1999.
- SUZIGAN, W. “Estado e industrialização no Brasil”. *Revista de Economia Política*, vol. 8, n.º 4, out.-dez. 1988.
- WALLERSTEIN, I. *The end of the world as we know it: social science for the twenty-first century* (july 28, 1999), Univ of Minnesota Press (Txt); 1st edition.

Fontes de consulta

- http://www.bmf.com.br/portal/pages/certificacao/Derivativos_ConceitosDefinicoes.pdf.
- <http://www.bresserpereira.org.br/>
- <http://dowbor.org/>
- <http://www.gmu.edu/jbc/>
- <http://hayekcenter.org/>
- <http://www.montpelerin.org/>
- <http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/7073131.stm>.
- <http://www.attac.org/>
- The Washington Post*, 13-9-2009.

Resumo

Objetiva-se analisar, à luz do Manifesto de Garanhuns, as possibilidades que se abrem à constituição de um novo modelo de desenvolvimento, tendo em vista as características da atual crise do capitalismo, pós-*crash* de 2008. Esta crise pode ser, assim, caracterizada: flexibilidade dos fatores produtivos; desvinculação entre os Sistemas

Financeiro e Bancário; captura das instituições reguladoras do Estado por interesses privados; comprometimento das instituições multilaterais com a desregulação e a desregulamentação dos fatores produtivos (reengenharia, *downsizing*, *just in time*, subcontratação, entre outros, são os elementos notáveis dessa lógica); aprofundamento dos processos de obsolescência programada, que diminuem a instabilidade do Capital e tornam a circulação de bens e serviços “controlada” pelo Capital; a hegemonia das ideias neoliberais, entre outras.

Dado que projetos concorrentes — neoliberais e desenvolvimentistas — marcam a histórica contenda entre concepções distintas de Estado e Sociedade, o momento atual é fundamental para se analisarem as perspectivas para o desenvolvimento.

Pretende-se, portanto, inventariar possíveis delineamentos do desenvolvimento do século XXI pós-crise de 2008.

Palavras-chave: Crise; Desenvolvimento; Estado; Sociedade.

Abstract

It aims to consider, in light of the Manifesto of Garanhuns, the possibilities that open up the formation of a new development model considering the characteristics of the current crisis of capitalism, after the 2008 crash. This crisis can be characterized as follows: flexibility of production factors, the discrepancy between the Financial and Banking Systems; capture of regulatory institutions of the state by private interests, commitment to multilateral institutions with deregulation and the deregulation of productive factors (reengineering, downsizing, just in time, outsourcing, among others, are noticeable elements of this logic), deepening the processes of planned obsolescence, which reduces the instability of capital and make the movement of goods and services “controlled” by the Capital, the hegemony of neoliberal ideas, among others.

Since competing projects — neoliberal and developmental — mark this historic struggle between different conceptions of government and society, the present moment is crucial to analyze the prospects for development.

It is intended, therefore, inventory possible outlines of development in the twenty-first century post-2008 crisis.

Keywords: Crisis; Development; State; Society.